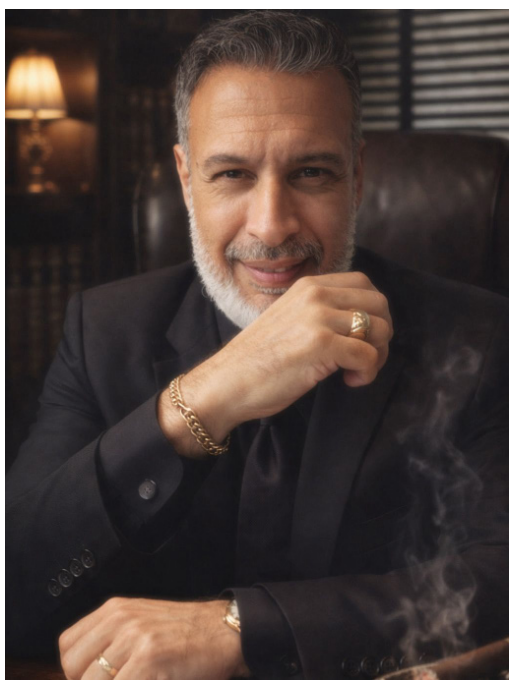
AGRO-NEGÓCIOS
O agro da região você encontra aqui!
O REGIONAL
oregional.net
30 de Outubro de 2026

MARIADITA
JAGUARIÚNA
REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS
• HABITE-SE
• INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO
• CAR - CCIR - INCRA
(19) 99215-4852
(19) 99184-6967

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

RECEBI NO EXTERIOR, COMO NACIONALIZAR ESSE DINHEIRO?

Receber dinheiro no exterior é cada vez mais comum. Pode ser resultado de trabalho, prestação de serviços, venda de um bem, investimento, herança, doação ou simplesmente recursos próprios mantidos em uma conta estrangeira.

Mas surge uma dúvida importante. Como trazer esse dinheiro legalmente para o Brasil?

Antes de tudo, é preciso compreender que trazer dinheiro do exterior não significa simplesmente fazer uma transferência bancária. A operação precisa possuir origem comprovada, finalidade definida e tratamento tributário adequado.

O primeiro passo é identificar de onde veio o recurso.

Se o dinheiro é resultado de salário ou prestação de serviços, existe uma determinada consequência tributária. Se decorreu da venda de um imóvel ou investimento, a análise será diferente. O mesmo ocorre com heranças, doações e recursos que já pertenciam à pessoa e estavam apenas depositados no exterior.

Essa distinção é fundamental porque a transferência do dinheiro para o Brasil e a tributação sobre sua origem são questões diferentes.

Uma pessoa pode possuir recursos perfeitamente regulares no exterior e decidir transferi-los para uma conta brasileira. Nesse caso, a simples transferência de patrimônio próprio não transforma automaticamente aquele valor em uma nova renda.

Entretanto, é necessário demonstrar sua origem. Extratos bancários, contratos, comprovantes de rendimentos, documentos de venda de bens, declarações fiscais, documentos sucessórios e comprovantes de investimentos podem ser necessários para justificar a procedência dos valores.

Como o dinheiro entra no Brasil?

O ingresso regular de recursos deve ocorrer por intermédio de uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio. O banco ou instituição financeira poderá solicitar documentos que comprovem a origem e a natureza da operação antes de liberar os recursos.

Não existe, como regra geral, um limite absoluto que impeça alguém de trazer valores elevados ao Brasil por transferência financeira regular. Quanto maior ou mais complexa a operação, entretanto, maior poderá ser a análise documental realizada pela instituição responsável pelo câmbio.

Vou pagar imposto para trazer o dinheiro? Depende da origem. O ponto principal é que não se deve analisar apenas a remessa, mas o fato que gerou aquele patrimônio.

Rendimentos recebidos no exterior por residente fiscal no Brasil podem estar sujeitos ao Imposto de Renda brasileiro, mesmo que o dinheiro permaneça fora do País.

Valores decorrentes de venda de patrimônio, investimentos, herança ou doação possuem tratamentos próprios.

Também deve ser analisada eventual tributação ocorrida no exterior e a existência de acordo internacional ou regra de compensação aplicável.

Quem mantém patrimônio relevante fora do Brasil também poderá possuir obrigações declaratórias perante a Receita Federal e, conforme o valor dos ativos mantidos no exterior, perante o Banco Central.

Portanto, o caminho correto não é simplesmente perguntar como trazer o dinheiro.

A pergunta juridicamente adequada é qual é a origem do recurso, como ele foi tributado e qual é a maneira correta de ingressá-lo no patrimônio brasileiro.

Trazer recursos do exterior é perfeitamente possível. O essencial é fazer isso com documentação, rastreabilidade e planejamento tributário. Dinheiro lícito não precisa ser escondido. Precisa ser corretamente documentado.

Dr. Caius Godoy, Advogado e Presidente da Comissão de Cultura, Midia e Entretenimento da OAB Jaguariúna, e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

Dia do engenheiro agrícola: a ciência por trás do agronegócio





No dia 27 de outubro, o Brasil comemora o Dia do Engenheiro Agrícola. O marco histórico foi estabelecido em função do ano de criação do primeiro curso dessa área no país, em 1972, sendo a ocupação oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) em 1978. Indispensável para o ciclo produtivo, esse especialista é habilitado para planejar, coordenar e executar atividades que vão desde a conservação de recursos hídricos até a mecanização e o dimensionamento da infraestrutura no interior.

O setor rural passou a ser regido por dados, máquinas precisas e responsabilidade ambiental. "O agro exige, cada vez mais, infraestrutura técnica de ponta. Temos cerca de 400 profissionais registrados no Conselho que desempenham um papel essencial nesse cenário, transformando os desafios em alternativas tecnológicas e sustentáveis que impulsionam não apenas as terras paulistas, mas toda a economia nacional", ressalta a presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP), engenheira civil Lígia Mackey.

Para entregar essas saídas de excelência, o ofício se baseia em uma forte multidisciplinaridade de conhecimentos.

O engenheiro agrícola Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, doutor em Agronomia, destaca o que o atraiu na época de prestar vestibular. "Cresci vivenciando a rotina do campo, mas percebi cedo que a vocação para a agricultura ganha uma nova dimensão quando aliada ao rigor da ciência e da matemática". Na visão dele, a escolha pela graduação permitiu juntar o melhor dos dois mundos. "Uso cálculos, física e Engenharia aplicada para resolver os desafios concretos da produção agropecuária sustentável", comenta. Atualmente, a técnica avançada é a força motriz de cada etapa da safra.

Rodrigues diz que a prioridade é a produtividade, o que exige otimização e integração do manejo agropecuário em cada hectare com eficiência e respeito aos recursos naturais.

O perito projeta, ainda, ferramentas de ponta. "Na mecanização e na Agricultura 4.0, gerenciamos desde o maquinário pesado e a automação do plantio à colheita até a aplicação de agricultura de precisão, inteligência de dados e conectividade para otimizar o uso de insumos", afirma.

Esse crescimento reflete diretamente na empregabilidade e nas oportunidades. Conforme aponta a doutora em máquinas agrícolas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora na Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/Unicamp), engenheira agrícola Juliana Aparecida Fracarolli. "No Brasil, conforme acompanhamos um aquecimento no comércio e na indústria, vemos também uma maior oferta de vagas para engenheiros", relata.

O impacto da convergência entre inovação e colheita é especialmente visível. "São Paulo é o motor do agronegócio nacional, e a Engenharia Agrícola teve participação direta nessa consolidação", pontua Juliana, reforçando a relevância do segmento na construção do cenário estadual. "O Estado é rico, e isso é fruto do trabalho de várias Engenharias, principalmente, dos engenheiros agrícolas". Garantir o progresso contínuo da profissão passa diretamente pela educação e pela vivência prática de estudantes.

Atuando nas salas de aula universitárias há mais de doze anos, Juliana enxerga um grande valor em compartilhar o conhecimento. "Formar pessoas é a atividade mais nobre que nós temos", pontua. Aos aprendizes, ela deixa uma orientação focada na imersão: "Visitem a lavoura, fazendas e agricultores, conversem e coloquem a mão na massa".

Como o meio agrário contemporâneo é, acima de tudo, um ecossistema que demanda respostas exatas para adversidades biológicas e climáticas, Rodrigues incentiva os futuros registrados no Sistema Confea/Crea. "Não tenham medo dos números, das equações e da complexidade; eles são as ferramentas que nos permitem produzir alimento e energia com responsabilidade", conclui.

Sobre o Crea-SP - Criada há 92 anos, a autarquia federal é responsável pela fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades dos profissionais das Engenharias, Agronomia e Geociências.

O Crea-SP está presente nos 645 municípios do Estado, conta com cerca de 380 mil profissionais registrados e mais de 110 mil empresas registradas.

AgroNotícias

Mauricio Picazo Galhardo



CACAU NA MATA ATLÂNTICA

Com o objetivo de diversificar a produção, gerar renda e contribuir para a conservação ambiental, o cultivo do cacau consorciado com bananeiras, juçara, abacateiros e goiabeiras foi destaque no Encontro sobre a Cultura do Cacau em Peruíbe (SP), realizado pela Casa da Agricultura de Peruíbe e pela CATI Regional Santos. O evento reuniu 25 participantes, entre produtores rurais, representantes de comunidades tradicionais, técnicos, produtores de chocolate artesanal e instituições ligadas aos setores agropecuário e ambiental.

SANTA CATARINA

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, realizou, dia 19/10, uma coletiva de imprensa na sede do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em Brasília (DF), para esclarecer a confirmação de um foco da doença de Newcastle em um estabelecimento de avicultura comercial de corte de perus, localizado em Nova Itaberaba, Santa Catarina. Também esteve presente o secretário-executivo, Cleber Soares.

CNA: CONFIANÇA

Diante da confirmação de um foco da doença de Newcastle em uma granja comercial de perus em Nova Itaberaba, no Oeste de Santa Catarina, a CNA reafirma sua confiança no sistema brasileiro de defesa sanitária e no compromisso dos produtores rurais e da agroindústria com a biossegurida-de. Em Comunicado Técnico, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil ressalta que o país conta com um sistema de defesa agropecuária sólido, capaz de identificar, conter e controlar ocorrências dessa natureza.

FUNGO DO TRIGO

Uma pesquisa desenvolvida pela Embrapa Meio Ambiente (SP) e pela Universidade de São Paulo (USP) destaca uma nova estratégia para o controle biológico de doenças do trigo, baseada no manejo da comunidade de microrganismos associados às raízes. Em experimentos realizados sob condições controladas, bactérias benéficas reduziram em cerca de 60% a severidade de doenças provocadas pelo fungo Bipolaris sorokiniana, demonstrando potencial para reduzir a dependência de fungicidas químicos no manejo da cultura.

MOGI DAS CRUZES

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), anunciou uma linha de crédito emergencial para auxiliar produtores rurais de Mogi das Cruzes prejudicados pelas fortes chuvas registradas em setembro de 2026. O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) destinou R$ 2 milhões à iniciativa, com financiamentos de até R$ 30 mil por produtor, juros de 3% ao ano, prazo de pagamento de até 60 meses e carência de até 12 meses.

REGULAMENTO EUROPEU ANTIDESMATAMENTO

O Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) elaborou um Informe Técnico que analisa as principais atualizações realizadas entre 2023 e 2026 no Regulamento Europeu sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR). Integrante do Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal), a normativa estabelece que commodities agropecuárias comercializadas na União Europeia devem ter sua origem comprovadamente livre de desmatamento.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Associação Latino-Americana de Avicultura (ALA) lançaram uma versão atualizada da ferramenta "Sistematização e atualização das regulamentações do comércio internacional para o setor avícola da América Latina e do Caribe". A publicação reúne as principais normas que impactam a produção e o comércio avícola.

FÓRUM MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO 2026

O diretor-geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que o fortalecimento da segurança hídrica e alimentar depende do uso mais eficiente dos recursos, de uma distribuição mais justa e da adoção de práticas circulares e regenerativas. A declaração foi feita durante uma sessão de alto nível do Diálogo de Roma sobre Água 2026, realizada paralelamente ao Fórum Mundial da Alimentação (WFF). (Com informações de assessorias e IA)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista



Estudo analisa a agricultura orgânica familiar na Rede de Agroecologia do Leste Paulista

Pesquisa destaca a diversidade de cultivos e o papel das feiras, mas aponta dificuldades de acesso à assistência técnica, ao crédito e às políticas públicas

Estudo faz parte da Edição Especial de 20 anos da Revista Brasileira de Agroecologia

A agricultura familiar e a diversidade de alimentos produzidos são elementos importantes para o desenvolvimento da agroecologia no Leste Paulista. É o que aponta o estudo "Agricultura orgânica familiar da rede de Agroecologia do Leste Paulista: o caso da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região", publicado em 16 de outubro de 2026, na Revista Brasileira de Agroecologia.

De acordo com a pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, a pesquisa analisou aspectos sociais e econômicos da produção orgânica regional, com foco nos agricultores familiares ligados à Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC). "Os resultados mostram a predominância de pequenas unidades produtivas, o uso de mão de obra familiar e a variedade de alimentos cultivados. Ao mesmo tempo, identificam desafios relacionados à assistência técnica rural, ao financiamento e ao acesso a programas governamentais", destaca Abreu.

Diversidade produtiva e fortalecimento dos mercados locais

Para Victor Carvalho, da Unicamp, a agricultura orgânica no Leste Paulista se caracteriza pela diversidade de cultivos e pela comercialização em circuitos curtos, como as feiras, que aproximam produtores e consumidores. Esse modelo contribui para a geração de renda, a circulação de alimentos frescos e variados e o fortalecimento das economias locais.

O levantamento realizado a partir dos registros da ANC identificou 126 produtores vinculados à associação em 2024, distribuídos por diferentes municípios. A maioria trabalha em pequenas áreas, de até cinco hectares, com predominância da mão de obra familiar, embora possa haver contratação eventual de trabalhadores externos.

Entre os cultivos mais recorrentes estão batata-doce, banana e brócolis, além de outras frutas e hortaliças, como abacate, cenoura, abóbora, alface, cebola, tomate e beterraba. Essa combinação de culturas evidencia a importância dos sistemas diversificados para o abastecimento regional.

Para os pesquisadores, as feiras e outras formas de comercialização direta ajudam a sustentar a produção familiar e a ampliar sua conexão com os consumidores. A organização coletiva também favorece a troca de conhecimentos e experiências entre agricultores, instituições de pesquisa e outros atores da rede agroecológica.

Rede de agroecologia aproxima produtores, consumidores e instituições

Criada em 1991, a ANC desempenha papel importante na organização da comercialização e na articulação entre agricultores familiares, consumidores e instituições de pesquisa. A associação também atua na certificação participativa por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), que contribui para a credibilidade da produção orgânica.

Abreu ressalta que essa articulação vai além da venda de alimentos. A rede também favorece a circulação de conhecimentos, a cooperação e a construção de vínculos de confiança, aspectos importantes para a continuidade das atividades agrícolas familiares.

O estudo considera que a organização em rede pode ajudar pequenos produtores a permanecer no mercado e ampliar sua capacidade de acesso a informações, certificação e oportunidades de comercialização.

Acesso à assistência técnica ainda é desigual

Apesar das potencialidades identificadas, a pesquisa aponta diferenças significativas na oferta de assistência técnica entre os municípios da região. A limitação desses serviços pode dificultar a transição agroecológica e restringir o acesso dos agricultores a conhecimentos técnicos, linhas de crédito e canais de comercialização.

As entrevistas realizadas com produtores que vendem seus alimentos nas feiras do Parque Ecológico e do Bosque dos Jequitibás, em Campinas, também revelaram dificuldades para obter informações claras sobre programas governamentais, acessar financiamentos específicos e contar com investimentos continuados.

Para os autores, a existência de políticas públicas não é suficiente quando faltam recursos e mecanismos efetivos de implementação. É necessário integrar instrumentos de financiamento, assistência técnica, certificação e compras públicas, considerando as características de cada território.

Políticas públicas são essenciais para ampliar a produção orgânica

O estudo destaca a importância de políticas como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) para fortalecer a agricultura familiar e os sistemas de produção de base ecológica.

Na avaliação dos pesquisadores, a consolidação da agroecologia depende de ações coordenadas e de recursos compatíveis com as necessidades dos produtores. A melhoria da assistência técnica e o acesso ao crédito são apontados como condições para ampliar a produção orgânica e reduzir as desigualdades entre os municípios.

Além disso, integra a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla vinculada ao projeto RedForte, da Embrapa Meio Ambiente, intitulada "Análise das percepções de atores-chave do sistema alimentar de base ecológica sobre o processo de transição e as políticas públicas do PLANAPO 2023/2024". As próximas etapas deverão incluir visitas às propriedades e ampliar as entrevistas com agricultores, técnicos, agentes de desenvolvimento rural e consumidores.

Contribuições para o desenvolvimento rural sustentável

Nas conclusões, os autores afirmam que "a agricultura familiar constitui a base predominante da estrutura produtiva regional", embora existam diferenças importantes entre os municípios. Também destacam a diversificação dos cultivos e a participação em redes de agroecologia como fatores centrais para a sustentação da produção orgânica.

A pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação de instituições de ensino, pesquisa e organizações sociais. Ao evidenciar tanto as oportunidades quanto os obstáculos enfrentados pelos produtores, o trabalho reforça a importância da agricultura familiar orgânica para o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a valorização das economias locais.

O trabalho foi desenvolvido pela pesquisadora Lucimar Abreu, da Embrapa Meio Ambiente, em parceria com Victor Carvalho, Beatriz Agostino Giarola, Natan Pinheiro de Freitas e Vicente Eudes Lemos Alves, vinculados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Ministro do Meio Ambiente afirma que participação da população é determinante no combate aos incêndios florestais na Amazônia

João Paulo Capobianco ressalta, no programa Bom Dia, Ministro desta quarta-feira (28/10), que os incêndios são gerados principalmente devido ao fator humano. Mudanças climáticas, aquecimento global e El Niño agravam a situação, ao reduzir a umidade nas florestas



O ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, ressaltou, nesta quarta-feira (28/10), durante o programa Bom Dia, Ministro, que a participação da sociedade brasileira no combate aos incêndios florestais que atingem o Pará e Amazonas ocupa um papel central nas ações do Governo Federal e dos governos estaduais. Para o ministro, sem um maior empenho da população a tarefa de conter os incêndios torna-se muito difícil, uma vez que os focos, em sua maioria, têm origem no fator humano.

"Gostaria de esclarecer à população a necessidade da contribuição dos cidadãos e cidadãs para que a gente possa enfrentar o problema dos incêndios florestais. Sem essa participação não haverá solução, porque isso é algo colocado pelas pessoas. Temos que conscientizá-las que isso destrói o meio ambiente, mas não só isso. Também prejudica a saúde das pessoas de forma muito grave. Se a população não colaborar, se as pessoas não pararem de colocar fogo e se as pessoas não denunciarem quem está fazendo isso, vamos viver uma situação muito difícil, porque não haverá capacidade de ninguém para controlar focos espalhados em milhares de locais de difícil acesso", alertou Capobianco.

Gostaria de esclarecer à população a necessidade da contribuição dos cidadãos e cidadãs para que a gente possa enfrentar o problema dos incêndios florestais. Se a população não colaborar, se as pessoas não pararem de colocar fogo e se as pessoas não denunciarem quem está fazendo isso, vamos viver uma situação muito difícil"
- João Paulo Capobianco
Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima

PARÁ – Ao falar da situação no Pará, Capobianco destacou as ações do Governo Federal voltadas ao estado. "A Casa Civil convocou a sala de situação para tratar especificamente do Pará, já que já tínhamos tratado do Amazonas. Os agentes do Ibama extinguiram 114 grandes incêndios florestais no estado. Dada a gravidade deslocamos seis aeronaves para o estado. Temos dois helicópteros, 25 veículos terrestres de grande capacidade, e quase 500 brigadistas do Ibama e do ICMBio atuando com o Corpo de Bombeiros. No Pará, transferimos para o Corpo de Bombeiros R$ 45 milhões aproximadamente para a situação", frisou o ministro.

"Houve algo surpreendente, porque também no Pará se repetiu o fenômeno (dos incêndios). De repente, milhares de focos de calor passaram a ocorrer simultaneamente no estado. Isso gerou uma dificuldade de operação, tanto para o Corpo de Bombeiros quanto para o Governo Federal. Mas acredito que juntos vamos fazer frente a esse desafio e livrar Santarém e a macrorregião no entorno desse problema. As investigações seguem. A Polícia Federal já deslocou o pessoal para lá e nós vamos investigar e punir severamente aqueles que foram identificados", prosseguiu Capobianco.

MANAUS – Indagado sobre quais ações o Governo Federal pretende tomar para 2027 para evitar que Manaus enfrente tantos problemas em relação aos incêndios e à qualidade do ar na cidade, João Paulo Capobianco ressaltou que a questão deve ser tratada de forma permanente. "O Brasil criou uma tecnologia, uma metodologia invejável para controlar o desmatamento. Prova é que reduzimos o desmatamento agora para a menor taxa da história. Vamos ter que fazer o mesmo para os incêndios florestais."

"A grande frente da nossa ação será, de um lado, aumentar a capacidade de identificar e reprimir o incêndio criminoso. Estamos trabalhando para isso com tecnologia e temos avanços. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) recebeu recursos do Fundo Amazônia para modificar e aprimorar o seu sistema, tornar mais preciso. O outro lado é envolver os proprietários rurais, porque eles têm responsabilidade sobre o que ocorre no seu território. Eles precisam assumir essa responsabilidade com brigadistas, ações preventivas e equipamentos, porque um incêndio, quando você apaga no início, você o controla. Depois que ele ganha dimensão muito grande, a dificuldade é enorme", disse.

O ministro lembrou que as ações decorrem de processo que vem sendo feito há alguns anos e falou de avanços importantes, como a Lei do Manejo Integrado do Fogo, aprovada em 2024 e implantada a partir de 2025. "É uma lei nova, que traz novas possibilidades, que pressupõe melhor articulação com estados e municípios, além dos proprietários rurais. Iniciamos a capacitação apoiando os corpos de bombeiros dos estados da Amazônia e do Cerrado. Foi um grande avanço e precisamos avançar ainda mais", frisou.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS – Segundo o ministro, as mudanças climáticas, o aquecimento global e o impacto do El Niño agravaram as queimadas florestais. "O aquecimento global criou uma situação para nós, um país tropical, complexa. Nossas florestas sempre foram resistentes ao incêndio por serem muito úmidas. Com a mudança do clima, elas estão perdendo essa resistência. Estão se tornando mais vulneráveis aos incêndios florestais. Agora, eles também ocorrem no Brasil. O El Niño agrava esse quadro de estiagem e de perda de umidade. As pessoas passam a usar o fogo de forma descuidada, ou queimando lixo, ou de forma criminosa. E esse fogo escapa. Os dados mostram que grande parte disso não é um acidente: é colocado propositalmente", explicou Capobianco.

QUEM PARTICIPOU — O "Bom Dia, Ministro" é uma coprodução da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Participaram do programa desta quarta-feira a Rede de Notícias da Amazônia, de Santarém (PA), Rádio Meio Norte, de Teresina (PI), Rádio Liga FM, de Manaus (AM), portal Primeira Página, de Cuiabá (MT), Rádio CBN, de Belém (PA) e o Jornal Correio do Estado, de Campo Grande (MS).

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



Sistema de Plantio Direto de Hortaliças promove redução do uso de água no campo

Técnica mantém o solo coberto por palha, favorece a infiltração de água, reduz o uso de agrotóxicos e pode melhorar as condições de trabalho no campo



Uma camada de palha sobre o solo pode ajudar o produtor rural a economizar água, reduzir o uso de agrotóxicos e melhorar as condições de cultivo. Essa é a proposta do Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), que evita o revolvimento frequente daterra e intercala o cultivo comercial com plantas de cobertura, segundo o engenheiro agrônomo Sérgio Augusto Martins Faria, da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI)) Regional Avaré.

Apesar do nome, o sistema não se restringe às hortaliças. Também pode ser aplicado à fruticultura e à produção de grãos, com adaptações conforme a cultura e as condições da propriedade. A ideia é melhorar gradualmente a qualidade física e biológica do solo,proteger a área cultivada das intempéries e tornar o sistema de produção mais eficiente.

A origem do SPDH ajuda a entender por que ele vai além de uma técnica de plantio. Desenvolvido há mais de 30 anos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em conjunto com pesquisadores, extensionistas e produtoresrurais, o sistema surgiu em um cenário de endividamento no campo. A necessidade de superar as dificuldades financeiras levou à discussão de mudanças na forma de produzir.

O resultado foi um sistema que combina conhecimentos técnicos e científicos à busca por maior autonomia dos agricultores.

No SPDH, a terra permanece coberta por resíduos vegetais, enquanto o plantio é feito sem o revolvimento frequente do solo. A palhada funciona como uma proteção contra as variações de temperatura e ajuda a conservar a umidade. Ao mesmo tempo, o sistema favorecea infiltração da água, a formação de agregados e o desenvolvimento de poros e canais biológicos no solo.

Essas características são especialmente relevantes em regiões tropicais, onde o revolvimento excessivo pode favorecer a erosão e a compactação. Com o tempo, a presença de matéria orgânica e o aumento da atividade dos microrganismos contribuem para melhoraras condições do solo cultivado.

"Nos trópicos, o revolvimento do solo é bastante complicado por causa do aumento da erosão, compactação e outros problemas", explica Faria. Segundo ele, a proteção proporcionada pelas plantas de cobertura ganha ainda mais relevância diante dos eventos climáticosextremos.

Planejamento necessário

Mas a adoção do sistema exige planejamento. O primeiro passo é analisar o solo e verificar a necessidade de correções químicas, como calagem e fosfatagem. Também é preciso avaliar o perfil da área para identificar possíveis camadas compactadas e corrigirproblemas de estrutura física antes de iniciar o manejo com cobertura vegetal.

Em seguida, entram em cena as plantas de cobertura, estrelas do SPDH. Aveia-preta,-no inverno, e painço, milheto e sorgo-vassoura,no verão, são algumas das opções citadas pelo agrônomo. Também podem ser utilizadas misturas de espécies.

Quando a vegetação atinge, em geral, o florescimento ou o estágio de grão leitoso, é feito o acamamento. As plantas são deitadas sobre o solo para formar a palhada. Isso pode ser realizado com equipamentos como o rolo-faca ou, conforme o sistema de produção,com o uso de herbicidas.

Depois, o plantio da cultura principal é feito sobre essa cobertura.

A aveia-preta (em destaque) é uma opção para o inverno, enquanto o painço se destaca no verão por seu ciclo rápido

Após a colheita, o processo recomeça com uma nova planta de cobertura, alternada com a cultura comercial.

A repetição desse ciclo ajuda a aumentar a biomassa e a atividade biológica do solo, com ganhos que se acumulam ao longo do tempo. No início da implantação, Faria recomenda dar preferência às gramíneas. Como demoram mais para se decompor, elas mantêm a cobertura por mais tempo, ajudando a proteger o solo durante o ciclo da cultura.

A presença de uma camada densa de palha também pede ajustes na implantação das culturas. No caso das hortaliças produzidas a partir de mudas, por exemplo, o agrônomo recomenda utilizar plantas um pouco maiores, que tenham melhores condições de se estabelecersem ficar encobertas pela cobertura vegetal.

Desafios adicionais

Algumas culturas apresentam desafios adicionais. A cenoura, por ser semeada com sementes muito pequenas, exige cuidados específicos para se adaptar ao sistema. Por isso, embora o SPDH tenha potencial de aplicação em diferentes cadeias produtivas, o manejoprecisa considerar as características específicas.

Outro cuidado é monitorar a ocorrência de lesmas, que podem encontrar condições favoráveis no ambiente mais úmido criado pela palhada. Segundo Faria, há alternativas de controle para sistemas convencionais e orgânicos, incluindo iscas e o uso de cal virgem.

Ele ressalta que o acompanhamento é importante, especialmente nos primeiros anos, período em que o sistema ainda está em adaptação e busca equilíbrio.

Na região de Avaré (SP), o SPDH também vem sendo utilizado em sistemas de produção orgânica.



Em pequenas áreas, uma alternativa ao herbicida é o uso de lona preta por cerca de 15 dias, em um procedimento de solarização que, segundo o agrônomo, auxilia nocontrole da vegetação e pode ser incorporado ao manejo orgânico.

Faria em foto mostrando plantio de painço ao fundo | Fotos: Divulgação/CATI

A técnica ainda pode trazer benefícios para quem trabalha diariamente no campo. O plantio de hortaliças costuma exigir longos períodos em posição agachada, uma condição que pode ser amenizada com o uso de equipamentos manuais simples. Faria cita plantadeira-sutilizadas no cultivo de eucalipto que podem ser aproveitadas no plantio de hortaliças, reduzindo a necessidade de trabalhar tão próximo ao chão.

Para o agrônomo, o potencial do SPDH está na combinação entre conservação do solo, melhor aproveitamento da água e ajustes no manejo que podem reduzir gastos e facilitar o trabalho na propriedade.

Os resultados, porém, dependem da implantação adequada,da escolha das espécies de cobertura e do acompanhamento das condições de cada área.

Produtores interessados em conhecer o sistema e avaliar sua aplicação podem procurar a Casa da Agricultura de seu município ou a Regional da CATI mais próxima, onde é possível conversar com técnicos sobre as características da propriedade e as alternativasde manejo.